

ATA
(04/07/2013)

Ao quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dezessete horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a Reunião Ordinária com a presença dos seguintes conselheiros: Auri Pavoni, Tarcisio Notari, Anderson Beluzzo, Juliana Z. Buerger, Bruno A. Campagnolo, Luiz Maraschin, Ademar Schneider, Ademir C. Dickmann, João O. Koeddermann, Edilson de O. Ferreira, Valdir de Andrade, Edson Kratz, Enio Faqueti, Rafael M. da Silva, Claudinéia da C. Wolff, Sheila S. Skonetzky, Pedro Paulo K. Nunes, Moacir S. Júnior, Carlos J. Haacke Júnior, Antônio José Moreira, Marlon Olsen, Fernando Baumann, Gilmar P. Capelari, Sérgio T. Moraes e Eloísa Weydmann. O presidente Auri Pavoni, agradece a presença de todos e inicia a reunião com leitura da Ata do dia 06/06/13. Após leitura, colocada em votação foi aprovada por todos os presentes. O conselheiro Valdir de Andrade coloca em pauta moção ao prefeito. Fazendo leitura da moção, que diante do conflito com a Lei Orgânica do Município, Constituição do Estado de Santa Catarina, Constituição Federal e o Estatuto da Cidade, recomenda-se que a Lei do PL 51 seja vetada. Faz uso da palavra o Vereador Sr. Arlindo Cruz, diz que alguns projetos tipo shopping e mercado não foram enviados a Câmara e como representante do povo deveria ser consultado. Por isso defende seu voto a favor do PL 51. Com a palavra o Conselheiro Antônio José Moreira, diz que o problema é básico e fundamental que a Câmara precisa entender que o Conselho da Cidade é um órgão do Executivo, onde se reporta ao Prefeito, as moções são endereçadas ao prefeito cabe a ele as providências daí decorrentes, a Câmara de Vereadores tem que interpelar a quem de direito. Faz uso da palavra o Sr. Nilson Probst Presidente da Câmara de Vereadores, defendendo o projeto PL 51, explicando que a Câmara esta dizendo ao prefeito o que for deliberado pelo Conselho da Cidade, o prefeito faça uma consulta à Câmara para saber qual a posição da Câmara, pois somos representantes da comunidade. Não estamos interferindo no conselho, apenas dizendo ao prefeito que deverão passar por aqui os projetos para decisão final, pois quando o Prefeito esteve nesta casa fizemos sérias críticas e informamos sobre o PL 51 que seria colocado em pauta para votação. Que caso o Conselho decida entrar na justiça, tudo bem, pois também temos meios legais para defesa. O Conselheiro Fernando diz que agora é apenas uma questão de posicionamento se aceita ou não, se não aceitarem tomaremos as decisões cabíveis, e diz que esta discussão deveria ter acontecido no início da elaboração do projeto, para tentar chegar a um consenso, pois todos querem o melhor para a cidade. O Conselheiro Valdir, diz não ser contra o projeto apenas a maneira que foi conduzido todo o tramite da questão acima mencionado, que no momento da revisão do Plano Diretor a Câmara deveria sim dizer se o Conselho é deliberativo ou apenas Consultivo. O presidente Auri não quer confrontar ninguém, pois tem grande respeito aos vereadores. Diz ao vereador Arlindo, com relação ao Shopping e mercado se as obras estão acontecendo é porque o Plano Diretor assim diz. O conselho não pode aprovar e nem vetar nada. No caso de edificações que precisem do EIV (estudo de impacto de Vizinhança) e estudo de impacto de transito, deverá ser encaminhado ao Conselho para análise e caso precise de medida mitigatória o conselho pode propor. O conselho funciona como audiência publica, caso vote favorável o projeto vai para câmara para decisão final. Após debate entre os conselheiros o Presidente Auri coloca em votação a moção que é aprovada por unanimidade. Passa a palavra para o conselheiro Enio que faz explanação com apresentação em vídeo da metodologia para elaboração de termo de referência: que será a capacitação dos delegados e conselheiros, condução de audiências públicas e revisão e elaboração do plano diretor. O conselheiro Sérgio, diz que o termo referência contempla as diretrizes para a contratação de qualquer empresa, ou indivíduo, pois com isso dar-se-á o caminho para o que se quer, se não, corremos o risco de aceitar qualquer coisa. Após debates entre os conselheiros, fica definido que

" BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO "



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
CONSELHO DA CIDADE

em duas semanas a comissão providenciará o termo referência, aprovado por unanimidade. O conselheiro Enio faz leitura do relatório do Hospital UNIMED, sendo favorável ao parecer sugerindo a cobrança da área excedente indexada nos mesmos valores cobrados a outorga onerosa vinculada a operação urbana consorciada (OUC-HBC) na zona ZACC -I C frente para Avenida dos Estados, e não medida mitigatória por entender que o empreendimento não estaria causando danos a cidade. Fazendo breve explanação que o TPC (transferência de potencial construtivo) é aplicado na melhoria das vias públicas. Tendo ainda como proposta a medida mitigatória do conselheiro Ivo, que solicita o atendimento de 200 consulta mês para os credenciados do ASAPREV, porém sem amparo legal. O conselheiro Fernando diz não conhecer o projeto e pede esclarecimentos quanto ao estacionamento. O jornalista Waldemar Cezar Neto diz que as vagas do estacionamento são para uso próprio. Após vários questionamentos entre os conselheiros os representantes da UNIMED, fazem esclarecimentos aos questionamentos levantados. Não havendo um entendimento a conselheira Claudinéia pede vistas ao parecer e solicita uma nova apresentação do projeto acima mencionado aos novos conselheiros. Fica agendado uma reunião extraordinária para dia 18/07/13. O presidente Auri encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos conselheiros e surtam os efeitos legais.